

PREPARAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA O MODELO DE SENEGAL?

Aumentam receios de declaração de estado de emergência para adiamento das eleições gerais e manutenção de Nyusi no poder



A província de Cabo Delgado está a viver desde finais de Janeiro de 2024 os mais significativos ataques terroristas depois do abate em Agosto de 2023 de Ibin Omar, o líder do grupo terrorista que desde 5 de Outubro de 2017 realiza ataques violentos em Cabo Delgado, com assaltos a posições das Forças de Defesa e Segurança, decapitações em massa e condicionamento da circulação por via da instalação de postos de portagem. Em vésperas de

eleições que marcam o fim de um ciclo de governação, aumentam receios de a situação nos distritos a norte e sul de Cabo Delgado ser usada pelo Governo de Filipe Nyusi para declaração de Estado de Emergência para adiamento das eleições, à moda Macky Sall, o presidente do Senegal, para ficar mais tempo no poder. Nyusi, lembre-se, através de pessoas próximas a si ensaiou um terceiro mandato que não vingou por repulsa da sociedade. O Centro para Democracia e

Direitos Humanos defende que não deve ser desta vez que se vai decretar Estado de Emergência, tendo em conta que o país já teve momentos mais críticos do que o que se vive agora, no que tange a ataques terroristas, destacadamente a captura de Mocímboa da Praia e o ataque ao distrito de Palma que culminou com a declaração de Força Maior pela petroquímica francesa TotalEnergies e a consequente suspensão das actividades no projecto de gás em Afungi.

A seguir ao abate em combate do líder dos terroristas, Ibin Omar¹, o ataque que vitimou 12 cristãos na aldeia de Naquitenge, no distrito de Mocímboa da Praia, foi o mais expressivo e descrito, na altura, como uma resposta do grupo ao abate do seu líder máximo. De Se-

tembro até finais de Janeiro, a situação era descrita como estável, apesar de alguns ataques esporádicos². Em princípios de Fevereiro, as incursões dos terroristas ganharam força³.

Entre a noite de 9 de Fevereiro e a madrugada de 10 de Fevereiro, os terroristas invadiram e atacaram uma posição das Forças de Defesa e Segurança no distrito de Macomia, uma acção reivindicada pelo Estado Islâmico. O ataque resultou na morte por decapitação de, pelo menos, 20 militares⁴.

Através dos seus canais de propaganda, o Estado Islâmico tinha reivindicado um ataque havido no dia 5 de Fevereiro em Chai. No dia 17 de Fevereiro, os terroristas realizaram ataques na comunidade de Magaia, no posto administrativo de Mazeze, onde mataram

sete pessoas. O mês de Fevereiro fica, para já, marcado como aquele que mais ataques violentos registou desde o abate de Ibin Omar, mas também pela “inovação” na actuação dos insurgentes. Trata-se da instalação de postos de portagens, por exemplo, ao longo da EN380, onde os automobilistas muçulmanos são obrigados a pagar valores monetários, alegadamente como forma de contribuir para a religião islâmica. Os cristãos também são obrigados a contribuir para a religião. Quem desobedecer a “lei” dos terroristas é decapitado e a sua viatura é queimada⁵.

No dia 17 de Janeiro, um transportador foi forçado a pagar 150.000,00 meticais em troca da sua vida e da sua mercadoria. Entregou o dinheiro e passou ileso.

Estado de emergência, adiamento de eleições e continuação da governação de Nyusi

Nos termos do n.º 1 do artigo 290 da Constituição da República de Moçambique (CRM), o estado de sítio ou o estado de emergência só pode ser declarado, no todo ou em parte do território, nos casos de agressão efectiva ou eminente, de grave ameaça ou de perturbação da ordem constitucional ou de calamidade pública.

Em vésperas de eleições, que marcam o fim de um ciclo de governação, aumentam receios de o agravamento das condições de segurança em Cabo Delgado ser usado pelo Governo para declaração do estado de emergência para adiamento das eleições a fim de Nyusi continuar por mais tempo no poder para, por exemplo, assegurar a imunidade enquanto o processo das dívidas ocultas de Londres não termina.

Sucede que, apesar de a situação ser crítica em Cabo Delgado, este não é o pico das incursões, do ponto de vista da magnitude da violência e da capacidade de resposta do Estado. Basta lembrar que parte do território nacional, mais precisamente, o distrito de Mocímboa da Praia, ficou durante um ano nas mãos dos terroristas depois de incursões violentas jamais vistas na história do país⁶.

A vila de Palma sofreu em 24 de Março de 2021 um dos mais violentos ataques que forçou a declaração de “Força Maior”⁷ pela TotalEnergies e a suspensão das actividades dos projectos de gás de Afungi.



¹ <https://jornalnoticias.co.mz/destaque/abatido-lider-terrorista-ibin-omar/>

² <https://www.dw.com/pt-002/metuge-terroristas-matam-e-geram-pânico-na-população/a-68116686>

³ <https://www.dw.com/pt-002/insurgentes-matam-quatro-pessoas-e-destroem-infraestruturas-em-chiúre/a-68297756>

⁴ <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/mocambique-ataque-terrorista-mata-mais-de-20-membros-das-forcas-armadas-de-defesa-em-cabo-delgado/>

⁵ <https://cartamz.com/index.php/politica/item/15918-cabo-delgado-terroristas-explicam-as-razoes-da-instalacao-de-portagens-entre-macomia-e-silva-macua-en380>

⁶ <https://www.dw.com/pt-002/insurgencia-tomada-de-mocimboa-da-praia-faz-disparar-numero-de-deslocados/a-54620638>

⁷ <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-petrolifera-total-anuncia-retirada-por-motivo-de-forca-maior/a-57334621>

Mocímboa só foi recuperada⁸ graças à intervenção da tropa Ruandesa que ao lado da força regional ajudou e ajuda Moçambique no combate contra os insurgentes.

Ora, dito isto, o CDD defende que não tem que ser desta vez que se deve decretar o estado de emergência por conta dos ataques. O

que se nota neste momento é uma espécie de desleixo da liderança de conter a situação, o que leva a sociedade a pensar que se trata de um “deixa andar” para dar lugar à declaração do estado de emergência para permitir a continuação de Nyusi no poder que, com o fim do seu mandato, anda desesperado por conta de

uma governação baseada na perseguição do anterior governo e na corrupção. Nyusi tem um processo em Londres⁹, relacionado com as dívidas ocultas. Só não responde a esse processo porque tem imunidade como Presidente da República. O plano dele pode passar por deixar o tempo correr até o processo terminar.

Saída da SAMIM pode aumentar caos e abrir caminho para a declaração do estado de emergência



A deterioração das condições de segurança em Cabo Delgado tem lugar numa altura em que a Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM) tem cerca de quatro meses de mandato em Moçambique. As grandes vitórias na luta contra o terrorismo no Teatro Operacional Norte foram conseguidas com o apoio do Ruanda e da SAMIM. A saída da SAMIM pode significar o agravamento das condições de segurança, facto que pode abrir caminho

para a declaração do estado de emergência.

As partes onde decorrem as incursões dos terroristas é onde actua a SAMIM que já está a fazer as malas. Por que é que é importante que a SAMIM saia se a situação de segurança tende a degradar-se progressivamente?

PLANO MACKY SALL?

Falhado o plano de um terceiro mandato¹⁰, Nyusi pode ter buscado inspiração no Presidente do Senegal, Macky Sall, que no dia 3 de

Fevereiro anunciou adiamento¹¹ das eleições que estavam previstas para 25 de Fevereiro. Sall tinha marcado o escrutínio para 14 de Dezembro. Em 15 de Fevereiro, o Conselho Constitucional do Senegal anulou e declarou inconstitucional. O mandato de Macky Sall termina em 2 de Abril. O escrutínio ainda não tem dada marcada e o Senegal está mergulhado num enorme caos. A sociedade civil e a oposição exigem a realização das eleições antes de Abril.

8 <https://www.voportugues.com/a/insurgencia-em-cabo-delgado-recuperada-mocimboa-da-praia-/5995864.html>

9 <https://www.dw.com/pt-002/dividas-ocultas-privinvest-alega-que-nyusi-só-aceitou-notificação-para-assistir-à-coroação-de-carlos-iii/a-68196258>

10 <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Nao-ha-3o-mandato-Mas-Nyusi-mantem-suspense-como-estrategia-de-gestao-de-poder-ate-a-eleicao-do-seu-sucessor.pdf>

11 <https://www.dw.com/pt-002/senegal-conselho-constitucional-anula-adiamento-das-presidenciais/a-68271613>




Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

